

**CMDCA**  
**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**08/2020**

<b>Presidente:</b> ESTER PERSIKE		<b>Fone:</b> 3675-5936	
<b>Data:</b> 15/09/2020	<b>Horário:</b> 9:00	<b>Local:</b> Regional do Maracanã SEMAS	<b>Sala:</b> Sala de reuniões SEMAS
<b>Tema</b>	<b>8ª REUNIÃO ORDINÁRIA CMDCA- GESTÃO 2019/2021</b>		

NOME DOS PARTICIPANTES		SETOR	REPRESENTATIVIDADE
1	Ester Persike	Irmandade Betânia	Presidente
2	Raul Cezar Danguí Moraes	SEMAS	Vice Presidente
3	Jucimari Kanha Soares	SEMAS	Titular
4	Caiena Louise de Oliveira	SEMAS	Suplente
5	Lis Gracieli Alberti	SEPLAN	Titular
6	Paulo Ricardo Lopes Itelvani	SME	Suplente
7	Melissa Cristina Azzarini Neto	Casa de Apoio Tia Sula	Titular
8	Débora Luiza Martins Cogheto	FUNDAÇÃO NADAR	Titular
9	Marcelo Carneiro	FUNDAÇÃO NADAR	Suplente
10	Tatiane Bernardo de Brito	Instituto Beija Flor	Titular
11	Marcos Luiz dos Santos	Pastoral da Criança	Titular

**ASSUNTOS EM PAUTA:**

- Aprovação da Ata nº 07/2020
- Prestação de Contas – Crescer em Família – 2º semestre 2019
  - Recursos remanescente no Fundo Municipal – FIA – Fundação Nadar
  - Ofício nº 245/2020 – Procedimento Administrativo nº MPPR 0039.20.000786-0
  - Comissão de sindicância referente à Recomendação administrativa MPPR nº 02/2020
  - / Promoção de arquivamento – IC 0039.20.000696-1 - ciência
  - Informe do ofício nº 166/2020 - nº MPPR -0039.18.000463-0

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>- Informes gerais:</li><li>- ofício nº 058/2020 CMDCA</li><li>- ofício nº 083/2020 – CMDCA</li><li>- ofício nº 306/2020 Conselho Tutelar</li><li>- Conselho Tutelar – Raul</li><li>- Recomendação Administrativa nº 03/2020 MPPR - ciência</li></ul> |
|  |

1. ATA 08/20 – Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte às nove horas, o colegiado CMDCA foi convocado para mais uma assembleia ORDINÁRIA, sendo realizada nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, com toda segurança considerando as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do COVID – 19. Iniciando a reunião a presidente do CMDCA conselheira Ester Persike, verifica a existência de quórum com seguintes conselheiros. Representantes do Poder Público: Raul Cezar D. Moraes, Jucimari Kanha Soares, Caíena Louise de Oliveira, Jucimari Kanha Soares, Paulo Itelvani e Lis Gracieli Alberti. Representantes da Sociedade Civil: Ester Persike, Melissa Cristina Azzarini Noto, Débora Luíza M. Coghetto, Marcelo Carneiro, Tatiane Bernardo de Brito e Marcos Luiz dos Santos, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: **1)** Deliberação da ATA 7º; **2)** Prestação de contas - Crescer em Família/ 2ª. Semestre 2019; **3)** Recurso remanescente no Fundo Municipal - FIA/Fundação Nadar; **4)** Ofício nº. 245/2020 - Procedimento Administrativo nº. MPPR - 0039.20.000786 - 0; **5)** Comissão Disciplinar Temporária - Recomendação Administrativa nº. MPPR 02/2020 - Promoção de Arquivamento - IC 0039.20.000696 - 1/ciência; **6)** Informes gerais: Ofícios I nº. 058/2020 CMDCA, II 083/2020 CEDCA (ciência), III nº 306 Conselho Tutelar e IV Recomendação Administrativa nº. 03/2020 MPPR (ciência). A presidente do CMDCA, conselheira Ester Persike inicia a reunião agradecendo a presença do colegiado e convidados, aproveita a oportunidade para esclarecimentos da Secretaria Municipal de Educação sobre o retorno das aulas diante desta polêmica, a qual foi liberada pelo CEDCA o retorno aos colégios particulares, sendo o Ministério Público contra, e como está as medidas tomadas por esta secretaria, no momento representada pelo conselheiro titular Paulo Itelvani. Fala o conselheiro, que na educação municipal foi dado início com as atividades pedagógicas não presenciais, desenvolvido por todas as escolas e CMEIS, com um acompanhamento bem preciso dos Conselhos Estadual e Nacional de Educação e o Sistema Estadual de

Ensino. Diz que dentro desta perspectiva buscam fazer as adequações da melhor maneira possível, já os índices de oferta e aproveitamento atingindo 98%, diante do comprometimento dos servidores, especialmente os professores, diretores e coordenadores em relação em avisar os alunos, garantir atendimento para as famílias, em observância aos protocolos estabelecidos pela Secretaria de Saúde, as aulas devem voltar com o fim da pandemia, hoje não há dados epidemiológicos ou segurança sanitária que permita qualquer situação de retorno as atividades presenciais, aguardando uma sinalização dos órgãos públicos de saúde no tocante a segurança, das crianças, servidores e das famílias, quanto o acesso de educação, que direito da criança esta acontecendo. Na sequência acontece um troca de experiências das entidades presentes sobre a situação atual das atividades por elas desenvolvidas à população Infante - Juvenil face à pandemia. Seguidamente a presidente solicita a deliberação da 7ª. ata do CMDCA, a qual por **Unanimidade** foi aprovada. Logo após, fala a presidente que chegou da 4ª. Promotoria de Justiça, o processo administrativo de arquivamento nº. MPPR - 0039.20.000696 - 1, que trata de Inquérito Civil instaurado para apuração da prática de atos de improbidade administrativa pelo conselheiro tutelar Jackson Veloso de Lira, tal documento foi encaminhado via e-mail para todos os conselheiros, diz que foi nomeada após deliberação do colegiado a Comissão Administrativa para análise e parecer, sendo composta pelos conselheiros de direito: Tatiane Bernardo de Brito e Rodrigo Colere e conselheiro tutelar Miguel da Silva. Fala a conselheira que a comissão já havia estabelecido alguns encaminhamentos, tal como a oitiva do conselheiro Jackson, perante o arquivamento do Ministério Público a comissão fica no aguardo de uma resposta da promotoria, quanto à participação do conselheiro suplente na comissão, e na próxima reunião a comissão apresentará um parecer de encerramento das suas atividades, frente ao supracitado Inquérito. Informa a presidente que referente a participação do conselheiro suplente na comissão, buscou orientação no CEDCA, os quais, orientaram que, se o titular declara - se impedido o suplente poderá assumir. Seguidamente a presidente pede para o conselheiro Raul Cezar apresentar ao colegiado o retorno sobre a composição de equipe técnica para o Conselho Tutelar e outras informações sobre o andamento da nova sede do equipamento. Expõe o conselheiro que para nova sede do Conselho Tutelar, algumas coisa já chegaram, e outras estão em trâmite, sobre a equipagem diz que esta chegando de forma fracionário, o carro Aircross já esta em São José dos Pinhais aguardando a liberação de vistoria para mais tarde ser entregue ao Conselho Tutelar, relata que a construção da sede esta em avanço, fala que esta sema-

na foi entregue novamente ao estado a parte documental, visto mudança de secretário estadual, possivelmente Colombo será o segundo município a ser contemplado com a construção. Apresenta o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) que era para aquisição de veículo, mas como o Conselho Tutelar foi agraciado em 2013 com veículo Fiat Uno, e 2015 com Spin, que veio da equipagem, atualmente não pode entrar na aquisição. Deliberação de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) (cinquenta mil para compra de veículo e dez mil para equipagem e construção), ficando R\$ 50.000,00 para materiais da nova sede do Conselho Tutelar quando finalizada a obra e R\$10.000,00 para usar em equipagem com a demanda que necessita no momento, na listagem anterior tinha os computadores, mas com a vinda dos computadores novos, esta necessidade já foi suprida, assim dar prioridade para outros itens que são necessários.. Informa que sobre a equipe técnica para Conselho Tutelar/CT não existe perspectiva de neste momento colocar tal equipe no CT, diz que a Secretaria de Assistência Social respondera a promotora, pois hoje teriam que reordenar toda a estrutura para atender a recomendação da promotora, em contato com outros município verificou - se a inexistência de equipe técnica atuando dentro deste órgão. O nosso objetivo hoje é responder a promotoria, repensar a questão do conselho tutelar, tivemos novas contatações para recompor as nossas equipes técnicas, tendo em vista a questão da pandemia. O conselho tutelar tem a autonomia de requisitar a rede de proteção. O conselheiro tutelar Miguel fala que ficou surpreso com esta solicitação da promotoria, e verifica que a demanda está grande de atendimentos e necessita-se de análises técnicas de profissionais, e que estas análises dependendo do segmento que é atendido, são muitas vezes divergentes, e o conselheiro tutelar não tem esta função de realizar pareceres, e fala que esta questão de ser requisitado à rede e não ter este retorno mais imediato, isto se caracteriza excesso de atendimentos, e temos a necessidade de melhorar o fluxo dentro da rede de proteção. E o conselheiro Raul fala que a gestão está empenhada em capacitar e melhorar todos os envolvidos, tivemos este ano atípico, e acabou atrapalhando o andamento dos trabalhos. Foi feita aquisição de cursos na licitação, e no momento está pendente, por causa da pandemia. A conselheira Ester fala da falta da Assistente Social Rosângela na secretaria executiva dos conselhos, que estamos com uma demanda de assuntos que necessita do conhecimento técnico que sempre nos assessorou, e que estamos sentindo a falta deste assessoramento para discutir e responder os questionamentos, principalmente da promotoria, e que a secretaria executiva está com o administrativo, mas é muita responsabilidade e demanda, por isso peço que fique registrado

em ata A conselheira Ester passa a palavra para a Fundação Nadar, com o seu representante Marcelo Carneiro fala que o processo ficou estagnado por causa da pandemia, e agora está retornando as atividades conforme as deliberações da secretaria da saúde com as normas vigentes da pandemia. E verificamos que as crianças necessitam de retornar as atividades físicas, e pergunta-se como se faria para dar continuidade neste processo, sendo que foi aprovado no ano passado. A Sra Cássia fala que o que a instituição está solicitando, como se demanda o andamento destes projetos anteriormente já aprovados pelo conselho, sendo 2 projetos de serviço e convivência de fortalecimento de vínculos e 1 projeto de atividades desportivas. O conselheiro Marcelo Carneiro fala que quanto as atividades físicas de natação já estão liberadas, dentro de critérios da secretaria da saúde. Por este motivo que está solicitando o andamento do “Projeto Aprimorar 2020”. A conselheira Ester fala que será analisado pela comissão de normas e monitoramento, e apresentado o parecer na próxima reunião. E quanto aos dois outros projetos que um é escola da Lar Escola Luciane Mary Paris e outro de SCFV da Associação Rosanna Cattalini, serão analisados na retomada das atividades destes serviços. E fala-se sobre a questão dos computadores do conselho tutelar, sendo que o conselho entendeu que poderia ser sim remanejados, e perguntou qual que era a dificuldade de fazer este remanejo. A conselheira tutelar Elisângela fala que na realidade destes computadores apenas três estão em uso, dois não funciona mais. Um deles está sendo utilizado na recepção, e os outros dois que estavam sendo utilizados, foram trocados e serão utilizados por conselheiros suplentes. O conselheiro Raul fala que o conselheiro tutelar poderia ter respondido o ofício apenas informando que os computadores seriam utilizados para tal fim e que tem sem funcionar. A conselheira Ester fala que a comunicação entre as partes precisa ser melhor, e que assuntos administrativos são de competência da gestão. Sobre o ofício nº 170/2020 CEDCA, dar ciência ao colegiado sobre a permanência do veículo adquirido com recursos do FIA, por meio do Termo de Fomento nº 123/2017, para execução Programa Crescer e m Família. E o conselheiro Raul fala que a prestação de contas do Programa Crescer em Família, não foi conseguido finalizar a prestação de contas no sistema, e será apresentado na próxima reunião. A outra pauta é o pedido da servidora Wanderléa, de transferência, não quis colocar os motivos, apenas colocou que teve desentendimentos e gostaria de ir par outro equipamento. A gestão formulou um documento para a promotoria e o conselho, comunicando que houve uma passagem de 10 servidores administrativos, e todos tiveram problemas de convivência. E ainda relata que pode ter vários motivos a ques-

tão da permanência ou não de servidores e isto precisa ser apurado.. A conselheira Ester fala que não vê este acontecimento como motivo para ser averiguado pelo conselho, e sim são questões administrativas, que a gestão e o equipamento. O conselho tem ciência do acontecido e responderá oficialmente a Secretaria. A conselheira Tatiane pergunta à presidente como se procede com saldo de recursos que foi captado pelo Fundo Municipal (FIA), e se responde que pode elaborar um projeto e ser apresentado para o conselho, para projeção do ano que vem em 2021. E sobre o Ofício nº 245/2020 – Procedimento Administrativo nº MPPR 0039.20.000786-0, que se pede uma prestação de contas do Fundo Municipal, fala-se que foi solicitado à secretaria da Fazenda os extratos, e que será respondido e solicitado mais um prazo para poder responder adequadamente. Sem mais nada para discussão do colegiado, a presidente do CMDCA Ester Persike, encerra a reunião, agradece ao colegiado pela presença, eu Cássia Regina G. Sgoda, lavrei a presente ata que após aprovada será assinada por mim e demais conselheiros. x-

